

DPF

Dívida Pública recua 0,28% em setembro

O vencimento de títulos vinculados aos juros fez a Dívida Pública Federal (DPF) cair em setembro. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,145 trilhões em agosto para R\$ 8,122 trilhões no mês passado, queda de 0,28%. Em se-

tembro, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado em setembro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R\$ 8,5 trilhões e R\$ 8,8 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) inter-

na (DPMFi) recuou 0,31%, passando de R\$ 7,845 trilhões em agosto para R\$ 7,82 trilhões em setembro. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 100,06 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis vinculados à Selic. **PÁGINA 2**

BALANÇO

Bradesco tem lucro líquido de R\$ 6,2 bi no 3º trimestre

O Bradesco registrou lucro líquido recorrente de R\$ 6,2 bilhões no terceiro trimestre de 2025, aumento de 18,8% em doze meses e de 2,3% frente ao segundo trimestre. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 14,7%, crescimento de 2,3 pontos percentuais em um ano, e alta de 0,1 ponto percentual em um trimestre. A carteira de crédito ampliada cresceu 9,6% para R\$ 1,034 bilhão ao final do terceiro trimestre frente ao mesmo período de 2024, enquanto avançou 1,6% na comparação trimestral. O aumento reflete maior concessão nos segmentos de médias e pequenas empresas e pessoas físicas. O banco destaca ainda elevação da participação das linhas com garantia, que passou de 58,5% em junho para 59,5% em setembro deste ano. Entre médias e pequenas empresas, o Bradesco destaca produtos como desconto de recebíveis e capital de giro (FGI e FGO) e para pessoa física, as linhas de consignado, rural e cartão de crédito alta renda. **PÁGINA 3**

REFIT

STJ atende União e anula liberação de refinaria

PÁGINA 2

SABESP

Plano prevê até 16h de restrição de água em SP

PÁGINA 4

MATANÇA

Governo Lula não descarta ignorar Castro e decretar GLO

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL



Embora o governo federal descarte o decreto de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro agora, assessores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendem a adoção da medida mesmo sem o pedido do governador Cláudio Castro. Na tarde desta quarta-feira, integrantes da cúpula do governo se dividiram. Uma parte afirma que a intervenção no Rio só poderia ser tomada diante da solicitação de

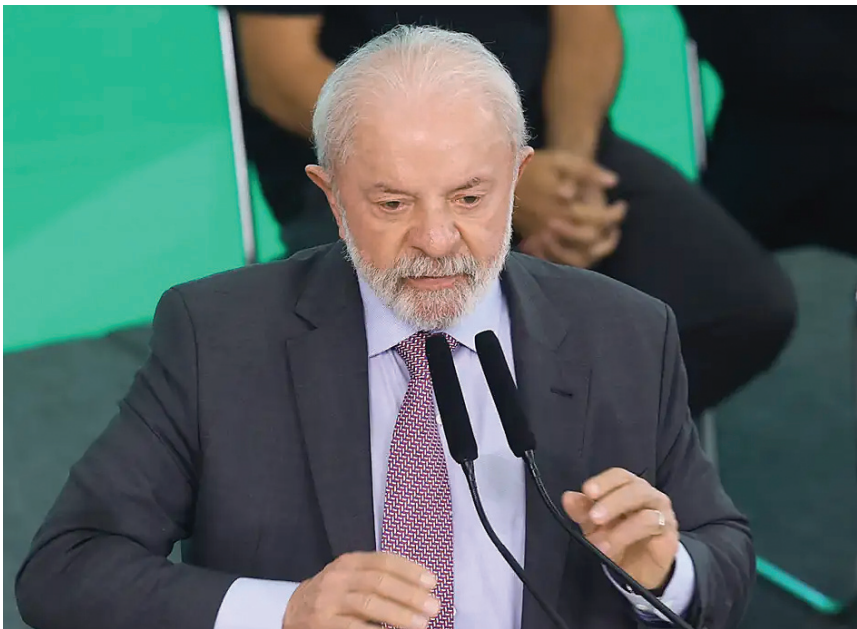
Castro. Mas outra ala argumenta que o caso é sério demais para esperar o aval do governador. A reunião não contou com a presença de Lula. Estavam no encontro o vice-presidente Geraldo Alckmin; o advogado-geral da União, Jorge Messias; o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa; a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Almirante Renato de Aguiar Freire. **PÁGINA 6**

Redes sociais responsabilizam Cláudio Castro

Levantamento da AP Exata mostra que a maioria das mensagens de usuários de redes sociais responsabiliza o governador Cláudio Castro (PL) pela crise de segurança pública no Rio de Janeiro. Também há desaprovação da megaoperação policial de terça-feira passada, que deixou mais de 100 mortos, o maior número já registrado

em uma ação do tipo na capital fluminense. Segundo o estudo, 63,4% dos internautas apontam Castro como o principal responsável pela crise, enquanto 29,7% atribuem a responsabilidade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Outros 6,9% mencionam diferentes atores, como o Supremo Tribunal Federal (STF). **PÁGINA 5**

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



Lula defende trabalho coordenado contra espinha dorsal do tráfico

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) defendeu, na noite desta quarta-feira, que é necessário um trabalho coordenado para atingir a "espinha dorsal do tráfico" no Brasil. “Não podemos aceitar que o crime organizado continue destruindo famílias, oprimindo moradores e espalhando drogas e violência pelas cidades. Precisamos de um trabalho coordenado que atinja a espinha dorsal do tráfico sem colocar policiais, crianças e famílias inocentes em risco”, afirmou o presidente em postagem nas redes sociais. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA 0,55% / 146.969,10 / 796,89 / Volume: 16.323.880.545 / Negócios: 2.945.538										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,42% (set.)	EURO turismo	
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,48% (set.)	Compra: 6,3286	Venda: 6,5086
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.							
AMBP3	0,35	+34,62	+0,09	AMBP3	0,35	+34,62	+0,09	BIOM3	8,55	-8,36	-0,78	Dow Jones	47.544,59	+0,71	Taxa Selic			
GOLL54	5,35	-0,19	-0,01	CEEB5	44,98	+28,51	+9,98	IFCM3	0,110	-8,33	-0,010	S&P 500	6.875,16	+1,23	(17/09)	15%	CDI	(17/09)
ABEV3	12,15	+0,33	+0,04	RCSL4	1,77	+10,62	+0,17	LUXM4	3,09	-8,31	-0,28	NASDAQ Composite	23.637,455	+1,86			14,90%	DÓLAR Ptax - BC
USIM5	5,46	+10,53	+0,52	DASA3	1,57	+10,56	+0,15	GFSA3	6,78	-6,74	-0,49	Nasdaq 100	25.821,545	+1,83	TR			Compra: 5,3744
COGN3	3,45	-0,86	-0,03	USIM5	5,46	+10,53	+0,52	CTAX3	1,130	-6,61	-0,080	Euronext 100	1.720,63	+0,35	(28/10)	0,1719%	OURO	-0,10%
												CAC 40	8.239,18	+0,16	Poupança		BM&F/grama/RJ	DÓLAR comercial
															(28/10)	0,6728%	EURO Comercial	Compra: 5,3691
																	Venda: 6,2543	Venda: 5,3697
																	Compra: 6,2537	DÓLAR turismo
																	Venda: 6,2543	Compra: 5,3923
																		Venda: 5,5723

MERCADOS



Bovespa reduz alta com Jerome Powell, mas renova recorde

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) não conseguiu segurar o nível dos 149 mil pontos, recorde histórico, conquistado pela manhã e perdeu fôlego no período da tarde de ontem, em sintonia com as bolsas de Nova York após o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, afirmar que a decisão da reunião de dezembro "está longe de ser algo certo". Ainda assim, o índice renovou recorde de fechamento pelo terceiro pregão consecutivo, visto que o corte de juros nos Estados Unidos nesta quarta-feira e expectativa positiva para reunião entre os presidentes Donald Trump (EUA) e Xi Jinping (China) mantiveram fluxo para o Brasil. A temporada de balanços também contribui, com destaque para alta de Santander (+1,6%) após lucro trimestral de R\$ 4 bilhões, puxando outros bancos, além de avanço

do minério de ferro impulsionando Vale (+1,82%). No sexto avanço seguido, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou aos 148.632,93 pontos (+0,82%) após oscilar dos 147.429,63 (estável) aos 149.067,16 (+1,11%) pontos. O giro financeiro somou R\$ 23,5 bilhões. A marca histórica de 149 mil pontos foi conquistada por volta das 14 horas, antes da reunião do Fed. Na ocasião, o estrategista da Potenza Capital, Bruno Takeo, dizia que o mercado esperava um discurso dovish de Powell, ainda mais após a inflação medida pelo CPI ter mostrado desaceleração. Assim como o esperado, o Fed reduziu as taxas dos Fed funds em 25 pontos-base, a 3,75% a 4% ao ano, mas a decisão não foi unânime. O diretor Stephen Miran votou por uma redução maior, de 50 pontos-base, e o presidente da distrital de Kansas City, Jeffrey Schmid, defendeu manutenção dos juros.

Dólar apaga queda com fala de Powell e fecha estável

ANTONIO PEREZ/AE

Em queda moderada desde o fim da manhã, o dólar ganhou força ao longo da tarde no mercado local, acompanhando a onda de valorização da moeda norte-americana no exterior, após declarações mais duras do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, sobre a condução da política monetária nos Estados Unidos. Depois de operar em leve alta na última hora de negócios, a divisa encerrou a sessão desta quarta-feira, estável, a R\$ 5,3595. Em outubro, o dólar apresenta valorização de

0,69% após recuar de 1,83% em setembro. No ano, as perdas são de 13,28%. Como esperado, o Federal Reserve anunciou novo corte de juros em 25 pontos-base, para a faixa entre 3,75% e 4% ao ano. Apesar do apagão de dados com o shutdown nos EUA, o BC norte-americano avaliou que os dados sugerem piora do mercado de trabalho. A decisão não foi unânime. O diretor Stephen Miran, indicado pelo presidente dos EUA, Donald Trump, votou por corte maior, de 50 pontos-base. Já o presidente da distrital de Kansas City, Jeffrey Schmid, advogou pela manutenção.

REFINARIA

STJ atende União e anula liberação das atividades da Refit

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Herman Benjamin, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e anulou a liberação das atividades empresariais da Refit, que havia sido determinada na segunda-feira passada, pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Com isso, as operações seguem interditadas. A decisão foi proferida ontem. A refinaria foi interditada pela Receita Federal e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 19 de setembro por suspeita de irregularidades apuradas na Operação Cadeia de Carbono. No recurso ao STJ, protocolo na terça-feira, a União

alegou risco de grave lesão à economia e à ordem pública com a decisão do TJRJ. Para a PGFN, a autorização para o término do processo de transbordo das mercadorias apreendidas "esvazia" a autoridade do Executivo. A Refit é alvo das autoridades desde que a Polícia Federal deflagrou a operação Carbono Oculto, em 28 de agosto. A PF investiga se o combustível da Refit abastece redes de postos de gasolina controlados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo a apuração, a organização criminosa usa sua estrutura no mercado de combustíveis para lavar dinheiro do crime e ocultar os verdadeiros donos com a ajuda de bancos e fintechs instaladas na Faria Lima.

DPF

Dívida Pública Federal cai 0,28% em setembro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O vencimento de títulos vinculados aos juros fez a Dívida Pública Federal (DPF) cair em setembro. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,145 trilhões em agosto para R\$ 8,122 trilhões no mês passado, queda de 0,28%. Em setembro, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado em setembro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R\$ 8,5 trilhões e R\$ 8,8 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) reduziu 0,31%, passando de R\$ 7,845 trilhões em agosto para R\$ 7,82 trilhões em setembro. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 100,06 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis vinculados à Selic. Essa queda foi compensada pela apropriação de R\$ 75,77 bilhões em juros. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 15% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 157,298 bilhões em títulos da DPMFi. No entanto, com o alto volume de vencimentos de tí-

tulos em setembro, os resgates foram maiores e somaram R\$ 257,354 bilhões. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 0,43%, passando de R\$ 300,23 bilhões em agosto para R\$ 301,53 bilhões em setembro. O principal fator foi a queda de 1,99% do dólar no mês passado, após a redução das tensões provocada pelo tarifaço de Donald Trump. **COLCHÃO** Após uma alta em agosto, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a cair em setembro. Essa reserva passou de R\$ 1,13 trilhão em agosto para R\$ 1,03 trilhão no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o resgate líquido (resgates menos emissões) no mês passado. Atualmente, o colchão cobre 9,33 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,482 trilhão em títulos federais. **COMPOSIÇÃO** Com a concentração de vencimento de títulos prefixados, típica do primeiro mês de cada trimestre, a composição da DPF variou da seguinte forma de agosto para setembro:

- Títulos vinculados a Selic: 49,29% para 47,47%;
- Títulos corrigidos pela inflação:

- 26,10% para 26,81%;
- Títulos prefixados: 20,95% para 22,02%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3,67% para 3,70%.

O PAF prevê que os títulos encerrarão o ano nos seguintes intervalos

- Títulos vinculados a Selic: 48% a 52%;
- Títulos corrigidos pela inflação: 24% a 28%;
- Títulos prefixados: 19% a 23%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3% a 7%.

Normalmente, os papéis prefixados (com taxas definidas no momento da emissão) indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeria a administração da dívida do governo. Em relação aos papéis vinculados à Selic (juros básicos da economia), esses títulos estão atraindo o interesse dos compradores por causa das recentes altas promovidas pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa. **PRAZO** O prazo médio da DPF subiu de 4,09 para 4,16 anos. O Tesouro só fornece a estimativa

em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos. **DETENTORES** A composição dos detentores da Dívida Pública Federal interna ficou a seguinte:

- Instituições financeiras: 32,53% do estoque;
- Fundos de pensão: 23,07%;
- Fundos de investimentos: 20,87%;
- Não-residentes (estrangeiros): 10,19%;
- Demais grupos: 13,3%.

 Com a menor tensão no mercado financeiro, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu em relação a agosto, quando estava em 9,83%. Em novembro do ano passado, o percentual estava em 11,2% e tinha atingido o maior nível desde agosto de 2018, quando a fatia dos estrangeiros na dívida pública também estava em 11,2%. Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

INCENTIVOS

Câmara aprova Sustentabilidade da Indústria Química brasileira

PEPITA ORTEGA/AE

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, um projeto de lei que institui, a partir de janeiro de 2027, um programa de incentivos à indústria química brasileira (Presiq) e propõe mudanças ao regime especial da indústria química (Reiq). A proposta foi aprovada nos termos de um substitutivo apresentado pelo relator, Carlos Zarattini (**foto**), com uma renúncia anual de R\$ 3 bilhões até 2031. Inicialmente, a proposta de autoria do deputado Afonso Motta (PDT-RS), previa impacto de R\$ 5 bilhões anuais entre 2027 e 2029. O substitutivo de Zarattini apresentou os R\$ 3 bilhões anuais entre 2027 e 2031. Segundo o relator, a mudança já considerou "mitigar o impacto fiscal e racionalizar os recursos" Ainda de acordo com o governista, o texto está condicionado à previsão na Lei Orçamentária Anual. Segundo Zarattini, a renúncia prevista no projeto será coberta pela arrecadação proveniente das medidas de defesa comercial. "É o caso da aplicação do direito antidumping a determinados produtos químicos e de elevações tarifárias temporárias de certos produtos químicos incluídos na Lista de Desequilíbrios Comerciais Conjunturais", assinalou o deputado em seu parecer. Tais medidas geram efeito arrecadatório líquido estimado em R\$ 4,5 bilhões anuais, diz o governista. O relatório argumenta que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

proposta "respeita integralmente as exigências fiscais e não cria despesas obrigatórias sem a correspondente compensação" citando um dispositivo que permite fonte adicional de compensação ao Presiq. Trata-se de um projeto que já foi aprovado no Senado, retornou à Câmara, e prevê que o aumento da receita decorrente de alteração sobre tributação de gasolina e diesel e suas correntes será incorporado à lei orçamentária anual e considerado no atendimento a eventual renúncia de receita tributária voltada à indústria química. **BENEFÍCIOS** O programa aprovado pela Câmara estabelece duas modalidades de benefícios. Em uma delas, a industrial, as empresas cadastradas poderão receber créditos financeiros equivalentes a até 6% do valor gasto na compra de determinados insumos químicos. O valor máximo

autorizado para essa modalidade será de R\$ 2,5 bilhões anuais, entre 2027 e 2031. O texto ainda abre brecha para que o benefício seja prorrogado nos anos seguintes, respeitando o limite global máximo. "Poderão ser autorizados créditos financeiros para utilização nos anos calendários subsequentes, com vistas a contemplar os projetos plurianuais, respeitados os limites anuais previstos", diz. Já as empresas habilitadas na modalidade investimento - aplicável às centrais petroquímicas e às indústrias químicas mediante compromisso de investimento - teriam direito a créditos financeiros de até 3% sobre a receita bruta até o limite do valor do investimento. O montante total disponível para essa modalidade de crédito financeiro será limitado a R\$ 500 milhões por ano, entre 2027 e 2031. Este benefício também poderá ser prorrogado nos anos subsequentes.

Os créditos financeiros previstos na lei corresponderão a créditos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Além disso, o valor desses créditos não será incluído na base de cálculo de outros tributos, como o próprio IRPJ, CSLL, a futura Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). **IMPACTO E 'TARIFAÇO'** No parecer do projeto, Zarattini argumentou que, segundo estimativas do setor, o Presiq geraria um "impacto de R\$ 112 bilhões no PIB e arrecadação adicional de R\$ 65,5 bilhões, criar até 1,7 milhão de empregos diretos, impulsionar para até 95% o nível de utilização da capacidade instalada e reduzir em 30% as emissões CO2 por tonelada instalada". O relator também chegou a citar como argumento para aprovação do programa o impacto causado ao setor pelo tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump a produtos brasileiros. Segundo o setor, a sobretaxa dos EUA atingiu US\$ 2,5 bilhões de exportações de químicos, boa parte delas incentivadas pelo Presiq. "Também há impactos indiretos da redução de demanda de produtos químicos por conta da provável diminuição das exportações de alimentos, aço, máquinas e equipamentos, embalagens plásticas, metalurgia, papel e celulose e madeira", sustentou ainda o deputado.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor	FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe	HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

BALANÇO

Bradesco tem lucro líquido de R\$ 6,2 bi no 3º trimestre

ANDRÉ MARINHO
E CYNTHIA DECLOEDT/AE

 Bradesco registrou lucro líquido recorrente de R\$ 6,2 bilhões no terceiro trimestre de 2025, aumento de 18,8% em doze meses e de 2,3% frente ao segundo trimestre. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 14,7%, crescimento de 2,3 pontos percentuais em um ano, e alta de 0,1 ponto percentual em um trimestre.

A carteira de crédito ampliada cresceu 9,6% para R\$ 1,034 bilhão ao final do terceiro trimestre frente ao mesmo período de 2024, enquanto avançou 1,6% na comparação trimestral. O aumento reflete maior concessão nos segmentos de médias e pequenas empresas e pessoas físicas.

O banco destaca ainda elevação da participação das linhas com garantia, que passou de 58,5% em junho para 59,5% em setembro deste ano. Entre médias e pequenas empresas, o Bradesco destaca produtos como desconto de recebíveis e capital de giro (FGI e FGO) e para

AGRICULTURA

PF mira servidores por propinas na 'venda' de alimentos a Venezuela

FAUSTO MACEDO
E RAYSSA MOTTA/AE

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União deflagraram ontem, 29, a Operação Imperium Messis, para desarticular suposto esquema de corrupção envolvendo servidores públicos e empresários do setor de exportação de alimentos, na fronteira do Brasil com a Venezuela.

As investigações, iniciadas a partir de uma denúncia anônima, identificaram indícios de irregularidades nas atividades da Superintendência do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), em Roraima, relacionadas à

MEIO AMBIENTE

PSOL recorre ao STF contra regras que flexibilizam licenciamento para minerais

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O PSOL acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra decretos editados no governo de Jair Bolsonaro (PL) que flexibilizam o licenciamento ambiental de projetos de extração de minerais enquadrados como "estratégicos". A ação foi distribuída por prevenção ao ministro André Mendonça, que já relata ação do PSB sobre o mesmo tema.

O partido questiona os Decretos 10.657/2021 e 10.965/

COMÉRCIO ELETRÔNICO

Mercado Livre lucra US\$ 7,4 bi no 3º trimestre

ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O Mercado Livre, gigante de comércio eletrônico e serviços financeiros na América Latina, anunciou ontem, que teve receita de US\$ 7,4 bilhões no terceiro trimestre de 2025, crescimento de 39% em 12 meses.

Foi o 27º trimestre consecutivo de crescimento acima de 30% do faturamento na comparação

pessoa física, as linhas de consignado, rural e cartão de crédito alta renda.

A margem financeira bruta chegou a R\$ 18,7 bilhões no terceiro trimestre, um avanço de 16,9% em base anual e de 3,7% na trimestral. A margem com clientes atingiu R\$ 18,6 bilhões, alta de 19% no ano contra ano e

de 4,8% no trimestre.

A margem com mercado foi de R\$ 99 milhões no terceiro trimestre, caindo 72,8% no comparativo com o mesmo trimestre de 2024 e 65,6% quando comparado ao trimestre anterior. A margem financeira líquida somou R\$ 10,150 bilhões, alta de 14,4% em base anual e de 2,5%

frente ao segundo trimestre.

A receita total do Bradesco atingiu R\$ 35 bilhões no trimestre, crescendo 13,1% no confronto anual. Frente ao segundo trimestre, houve aumento de 3%.

As receitas de prestação de serviços subiram 6,8% em base anual e 2,8% na trimestral, para R\$ 10,592 bilhões.

PEDÁGIOS

Motiva: lucro líquido
ajustado sobe 22%
para R\$ 683 milhões

ELISA CALMON/AE

A Motiva (ex-CCR) reportou lucro líquido ajustado de R\$ 683 milhões no terceiro trimestre de 2025, alta de 22% ante igual intervalo de 2024. No critério não ajustado, o lucro líquido societário quase triplicou, saltando de R\$ 422 milhões para R\$ 1,231 bilhão. A diferença entre as duas cifras reflete, principalmente, o efeito não recorrente do aditivo do contrato da ViaQuatro, anunciado em setembro. A medida formalizou a expansão da Linha 4 - Amarela até o município de Tobaão da Serra (SP) e estendeu o prazo de concessão por mais 20 anos.

O Ebitda ajustado consolidado da companhia, por sua vez, cresceu 16,3% no terceiro trimestre ante um ano, somando R\$ 2,545 bilhões. A margem Ebitda ajustada consolidada ficou em 64,4%, avanço 6,5 pontos percentuais, apoiada pelo controle de custos e aumento de receita com novos projetos, segundo o CEO da Motiva, Miguel Setas.

Já a receita líquida ajustada alcançou R\$ 3,96 bilhões, alta de 16,3%. Tanto a receita quanto o Ebitda ajustado configuram os maiores valores já registrados pela Motiva em um trimestre. "Esse foi um trimestre consistente com nossa estratégia de crescimento rentável, seletivo e sinérgico, aliado a uma eficiência superior, portfólio otimizado

Nota

BC E MDS TÊM 90 DIAS PARA ELABORAR PLANO DE COMBATE AO USO DO BOLSA FAMÍLIA EM APOSTAS

O Tribunal de Contas da União (TCU) fixou ontem, o prazo de 90 dias para o Banco Central e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) elaborar um plano de ação visando combater irregularidades no uso da renda das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) com apostas on-line. A Corte de Contas quer a mitigação das causas de irregularidades. Há indicativos de eventual sistema de lavagem de dinheiro, efetuado por meio de beneficiários do Bolsa Família. Os dados atípicos de motivação de recursos serão encaminhados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e ao Ministério Público para averiguação e adoção de medidas cabíveis.

HAVANESA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.
UNIPessoal - CNPJ nº 28.012.789/0001-10
ATA DE REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Sócio único: ALTIVA MIRANDA DA CUNHA, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Prudente de Moraes, 985, apto. 703, Ipanema, CEP 22420-041, identidade nº 00944560-2 do IFP, expedida em 22/01/1999, CPF nº 785.690.957-91. Aos 23 dias do mês de outubro de 2025, nesta cidade, na sede social da empresa, na Rua Conde de Bonfim, 340/340A, parte, Tijuca, a sócia única deliberou pela redução do capital social, em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), eis que excessivo com relação ao objeto da sociedade. Assim o capital social de R\$ 974.000,00 (novecentos e setenta e quatro mil reais) será reduzido para R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), com a compensação de prejuízo acumulado encontrado no balanço encerrado em 31/12/2024. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2025. Altiva Miranda da Cunha – CPF 785.690.957-91 - Sócia única.

SECRETARIA DE ATENÇÃO
ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA
SAÚDE



GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 333.0033445-9
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A**, sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.938.103/0001-50 ("Companhia"), na forma do art. 12 do Estatuto Social da Companhia, a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 12 de novembro de 2025, às 11:00h, **NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL**, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins finais, com a finalidade de dar conhecimento sobre a seguinte ordem do dia:

(i) Consignação do endereço da filial da Companhia no parágrafo único do artigo segundo do Estatuto Social, para fazer constar a seguinte redação: *"A Companhia mantém filial na Avenida Cristóvão Colombo, nº 1.106, sl. 405, Floresta, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP. 90.560-001, CNPJ nº 10.938.103/0002-31".*

A assembleia será realizada na *modalidade digital* e a participação dos acionistas será apenas a distância, por meio de sistema eletrônico, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, mediante utilização da plataforma Microsoft Teams. A forma de viabilizar o acesso à assembleia, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail bruno.sieiro_ext@v2energia.com, com antecedência mínima de 30 minutos antes da realização da AGE (ou seja, até às 10:30h do *horário de Brasília* do dia 12 de novembro de 2025), com a documentação comprobatória dos poderes do participante. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGE aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2025.

Ana Paula Pousa Bacalchut de Salles Fonseca
Diretora Estatutária

PRIMAVERA: Chuvoso durante o dia e à noite.

INSEGURANÇA

Redes Sociais culpam Castro pela matança de 121 pessoas

ZECA FERREIRA/AE

Levantamento da AP Exata mostra que a maioria das mensagens de usuários de redes sociais responsabiliza o governador Cláudio Castro (PL) pela crise de segurança pública no Rio de Janeiro. Também há desaprovação da megaoperação policial de terça-feira passada, que deixou mais de 100 mortos, o maior número já registrado em uma ação do tipo na capital fluminense.

Segundo o estudo, 63,4% dos internautas apontam Castro como o principal responsável pela crise, enquanto 29,7% atribuem a responsabilidade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Outros 6,9% mencionam diferentes atores, como o Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação à operação contra o Comando Vermelho (CV), as opiniões estão divididas: 53,2% desaprovam a ação e 46,8% a aprovam. A AP Exata analisou 62 mil publicações no Instagram e no X entre às 9h de terça e às 10h desta quarta-feira.

"As pessoas entendem que a segurança pública é mais uma atribuição dos Estados, que controlam as polícias militares e civis, do que do governo federal, responsável pela Polícia Federal", afirma Sergio Denicoli, CEO da AP Exata e colunista do Estadão.

Ele avalia que, embora setores da direita tentem associar Lula à crise, esse discurso não tem ampla adesão, já que a população compreende que o tema é de responsabilidade dos governadores. Para ele, o governo Lula acabou vencendo a disputa narrativa nas redes até o momento.

A análise mostra que a narrativa predominante (45,8%) nas redes descreve a operação como uma "chacina" promovida pelo Estado, baseada em uma política de extermínio contra negros, pobres e moradores de favelas. No extremo oposto, 41,2% das publicações defendem que o Rio vive um "estado de guerra" e que é necessária uma política de "tolerância zero" contra o crime.

Outros discursos tiveram menor repercussão: 6,7% apontam falhas estratégicas e classificam a operação como um "espetáculo sem resultados", enquanto 6,3% tratam de informações sobre o impacto da ação no cotidiano dos cariocas.

Para Denicoli, a vantagem narrativa do governo federal se deve à soma de dois discursos. "A militância, que não é o discurso oficial, fala em chacina de Estado e política de extermínio. Já o governo defende operações com inteligência, como mencionaram o ministro Fernando Haddad ao citar a máfia dos combustíveis", afirma.

"Somando essas vertentes, o governo obtém uma ligeira dominância narrativa. É um tema que entra na espuma política,



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

mas não deve se tornar central no debate eleitoral, porque não é novo e tende a polarizar."

O levantamento também identificou uma mudança no foco das publicações ao longo do período analisado. Na manhã de terça-feira, 28,, a atenção se concentrava no anúncio da operação e nas imagens do confronto, como o uso de drones por traficantes para lançar granadas. Com o avanço das horas, o debate passou a girar em torno do número de mortos, que aumentava a cada atualização.

Na manhã de ontem, o foco retornou para a dimensão da tragédia, após moradores do Complexo da Penha levarem 72 corpos à Praça São Lucas. O governo do Estado admitia cerca de 60 mortes na véspera, mas o número oficial já subiu para pelo menos 119 na tarde desta quarta. A Defensoria Pública do Rio afirma que há ao menos 132 mortos na ação contra o CV.

Operação policial no Rio tem críticas e defesas de deputados federais

Deputados das federações Psol-Rede e PT-PCdoB-PV criticaram nesta quarta-feira (29) a Operação Contenção, realizada pelas polícias do Rio de Janeiro nos complexos do Alemão e da Penha. O foco principal era as lideranças do Comando Vermelho, mas mais de 100 pessoas foram mortas.

Em entrevista coletiva na Câmara dos Deputados, os parlamentares acusaram o governo fluminense de promover uma "chacina" e cobraram mudanças na política de segurança pública do estado.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Reimont (PT-RJ), disse que a operação pode ter deixado mais de 200 mortos.

"É a maior chacina do Brasil, superando a do Carandiru", de-

clarou.

Para ele, trata-se de "uma chacina continuada", que se repete em diferentes ações policiais.

A líder do Psol, deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), afirmou que a operação demonstra "falta de planejamento" e criticou o modelo de enfrentamento adotado pelo governo estadual.

"O que tem sido feito para enfrentar as organizações criminosas é um banho de sangue. Há décadas a gente enxuga sangue, e as famílias continuam sendo destruídas por um modelo de segurança pública encampado pelo governador Cláudio Castro, que é incompetente e covarde", disse. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou que a ação foi "a mais letal da história do Rio de Janeiro" e defendeu a aprovação da PEC da Segurança como alternativa para "garantir uma política de segurança com inteligência, cidadania e eficácia".

"O governador Cláudio Castro insiste em um modelo falido, que ao invés de privilegiar inteligência e integração, prefere operações de guerra", diz o parlamentar, que é vice-líder do governo no Congresso Nacional.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) também criticou a atuação do governo estadual.

"A política de segurança de Cláudio Castro é a política da chacina. Um governo que transforma medo e morte em palanque eleitoral. O Rio precisa de inteligência e planejamento, não de operações que executam o próprio povo", afirmou.

Os integrantes da Comissão de Direitos Humanos devem visitar nesta quinta-feira (30) o Complexo do Alemão, o Instituto Médico-Legal (IML), a Defensoria Pública do Rio de Janeiro e a Procuradoria-Geral de Justiça do estado para acompanhar as investigações e ouvir familiares das vítimas.

MP não participou do planejamento nem da execução da operação, diz procurador-geral

RAYANDERSON GUERRA/AE

O procurador-geral de Justiça, Antônio José Campos Moreira, disse ontem que o Ministério Público do Rio de Janeiro não participou da megaoperação policial contra o Comando Vermelho (CV).

Ele afirmou que tomou conhecimento somente na manhã de terça-feira, quando a ação já estava em curso. Ainda de acordo com o procurador, o MP acompanha a contabilização dos corpos e irá investigar as ações.

"Temos o dever de apurar todos os fatos com rigor sem estabelecer premissas. O MP lamenta profundamente o número de mortes. Todas as mortes. Sobre-

tudo, em especial, aos quatro policiais", afirmou.

Ele destacou ainda que a operação não foi propagada para fazer a retomada de território - a polícia cumpriu mandados judiciais. E defendeu uma unidade entre todas as esferas de poder.

"O ideal é que União, o governo federal, o Estado, a prefeitura, deixando de lado interesses políticos de momento, elaborem uma política de segurança pública de Estado e não uma política de governo. Essa briga não interessa a ninguém."

MURO DO BOPE

Mais cedo, a cúpula da segurança pública do Rio deu detalhes da operação. Um dos diferenciais, segundo o comando da

PM, foi a montagem do "Muro do Bope", linha de contenção formado por agentes de segurança para empurrar os bandidos para o topo do morro. A ação dessa terça-feira, 28, que terminou com 119 mortos, foi a mais violenta da história do Rio de Janeiro.

"Incursoão de tropas do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) na área mais alta da montanha da Serra da Misericórdia, que divide esses dois complexos (Penha e Alemão), operando o que a gente chamou de 'Muro do Bope', uma linha de contenção formada por policiais que empurravam os criminosos para o topo da montanha", disse o secretário da Polícia Militar do Rio, Marcelo de

DEFESAS

Parlamentares de partidos de direita defenderam a ação das forças de segurança do Rio. Para o deputado Rodrigo Valadares (União-SE), a operação foi necessária para conter a violência e o avanço do crime organizado.

"Esses criminosos não respeitam a lei, nem a vida. A polícia do Rio fez o que precisava ser feito para garantir a segurança da população de bem", declarou.

O deputado Delegado Caveira (PL-PA) também apoiou a atuação policial e criticou as manifestações contrárias.

"É fácil condenar a polícia de dentro do ar-condicionado. Lá na ponta, quem enfrenta o tráfico arrisca a vida todos os dias. Não há chacina, há legítima defesa da sociedade contra o crime", afirmou.

Na mesma linha, o deputado Sargento Gonçalves (PL-RN) disse que a operação foi resultado de "planejamento e coragem".

"A polícia agiu com base em informações de inteligência. O que não podemos aceitar é que bandidos armados controlem territórios e amedrontem comunidades inteiras."

TORTURA

Familiares e lideranças comunitárias ouvidos pela Agência Brasil dizem que a Operação Contenção foi marcada por execuções e torturas.

Para impedir a fuga dos suspeitos, a estratégia das polícias teria sido invadir as comunidades e montar "um muro" com agentes do Batalhão de Operações Especiais (Bope), bloqueando a fuga pelo alto da mata que circunda as duas comunidades.

No local, segundo os relatos, se deu o confronto mais violento, com sinais de tortura e execução de dezenas de corpos resgatados e dispostos na manhã de hoje em frente à associação comunitária, na Praça São Lucas, na localidade conhecida por Vila Cruzeiro.

Chefe da ONU pede investigação sobre mortes em operação no Rio.

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, manifestou "profunda preocupação" com o número de vítimas da Operação Contenção, deflagrada nesta terça-feira (28) nas favelas da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro. Segundo o porta-voz da ONU, Stéphane Dujarric, Guterres pediu uma investigação imediata e a garantia de que qualquer ação policial siga as normas internacionais de direitos humanos.

"Posso afirmar que o secretário-geral está profundamente preocupado com o grande número de vítimas durante a operação policial realizada ontem nas favelas do Rio de Janeiro", afirmou Dujarric, em comunicado divulgado ontem.

Menezes, ontem.

Especialistas apontaram "lambanção operacional" da ofensiva policial, que teve alto número de mortes, causou pânico nas comunidades e levou transtornos a outros pontos da cidade. O número supera o do massacre do Carandiru.

O governador Cláudio Castro (PL), por sua vez, classificou a operação como um "sucesso" e disse que as únicas vítimas foram os quatro policiais que morreram baleados nos confrontos.

Conforme Menezes, a estratégia tinha "objetivo claro: proteger a população de bem que mora naquela região." Ainda segundo ele, "a grande maioria dos confrontos, quase a totalidade, se deu na área de mata.

MPRJ envia técnicos periciais independentes ao IML após ação policial

ALANA GANDRA/ABRASIL

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) enviou técnicos periciais ao Instituto Médico-Legal (IML) para a realização de perícia independente, conforme atribuições legais do órgão.

Em nota, o MPRJ diz que acompanha os desdobramentos da Operação Contenção realizada na terça-feira nos complexos do Alemão e da Penha, para assegurar o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, que disciplina operações policiais em comunidades do Estado. A informação foi divulgada pelo MPRJ nesta quarta-feira (29).

A ADPF é um instrumento de controle de constitucionalidade utilizado para garantir que atos do Poder Público não violem princípios essenciais da Constituição Federal. Ela serve para proteger direitos e valores fundamentais quando não há outro recurso legal cabível.

De acordo com a nota, o procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, se encontra em contato permanente com as equipes e monitora continuamente a situação.

CONTENÇÃO

A Operação Contenção, realizada pelas polícias Civil e

Militar do Rio de Janeiro, deixou 121 mortos, sendo 117 civis e quatro policiais, de acordo com o último balanço. O governo do estado considerou a operação "um sucesso" e afirmou que as pessoas mortas reagiram com violência à operação, e aqueles que se entregaram foram presos. No total, foram feitas 113 prisões.

Especialistas ouvidos pela Agência Brasil criticaram a ação que gerou um grande impacto na capital fluminense e não atingiu o objetivo de conter o crime organizado. Para a professora do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF) Jacqueline Muniz, a operação foi amadora e uma "lambanção político-operacional".

Movimentos populares e de favelas também condenaram as ações policiais e afirmaram que "segurança não se faz com sangue".

Hoje pela manhã (29), ativistas que acompanharam a retirada de mais de 60 corpos de uma área de mata no Complexo do Penha classificaram a ação policial como um "massacre".

A operação contou com um efetivo de 2,5 mil policiais e é a maior realizada no estado nos últimos 15 anos. Os confrontos e as ações de retaliação de criminosos geraram pânico em toda a cidade, com intenso tiroteio, fechando as principais vias, escolas, comércios e postos de saúde.

Haddad: Devo enviar ao Castro informações para interrupção do ciclo letal

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



FLÁVIA SAID/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), disse ontem, que a procuradora-geral da Fazenda Nacional (PGFN), Anelize Almeida, vai entrar em contato com o governo do Rio de Janeiro para defender a importância de operações como a que resultou na interdição da refinaria de Mangueiras, do grupo Refit.

A Procuradoria-Geral do Estado do Rio pediu a liberação da refinaria e teve o pedido atendido na segunda-feira passada, pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), mas a liberação foi anulada ontem, pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, que atendeu ao pedido da PGFN. Com a decisão recente do STJ, as operações seguem interditas.

"Não podemos ter a nossa atividade, a nossa atuação solapada ou colocada em risco pela má compreensão que está havendo desse caso especificamente", afirmou Haddad em declaração a jornalistas.

Na liminar proferida pelo

desembargador do TJRJ Guaraci de Campos Vianna, da 6ª Câmara de Direito Privado, foi usado o argumento de que a liberação da Refit resguarda a atividade econômica, preserva empregos e atende aos interesses dos credores. Segundo Haddad, o governador Cláudio Castro (PL) tem a ganhar em vários aspectos, podendo evitar a repetição de cenas como a de ontem e aumentando a arrecadação do Estado.

Haddad avaliou que os entes da Federação devem trabalhar de forma colaborativa para dar "um tratamento adequado" à questão do ponto de vista tributário, que "pode ou não ter repercussões criminais". "Nós entendemos que asfixiar o crime organizado passa por uma atividade de inteligência para chegar aos verdadeiros mandantes e orquestradores da atividade criminosa, que obviamente estão em lugares protegidos, estão fora do alcance muitas vezes da Polícia Militar, às vezes da Polícia Federal, que atuam nas sombras, mas nós estamos dando um passo hoje muito importante nessa direção."

CRÍTICA

Gilmar: operação policial no Rio é ‘lamentável episódio’

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), classificou ontem a Operação Contenção, deflagrada pelas polícias do Rio de Janeiro, como "lamentável episódio".

Durante a sessão da Corte, o decano do STF ressaltou os danos causados por operações policiais. As declarações foram feitas durante o julgamento sobre a responsabilidade do Estado por danos causados pela Polícia Militar na repressão de manifestações.

"Vivemos situações de graves ações policiais que causam danos às pessoas ou mesmo a morte de várias pessoas, que acabamos de ver neste lamentável episódio no Rio de Janeiro", disse.

Mendes também defendeu que a Corte estabeleça uma ju-

risprudência para garantir a realização de operações policiais, mas sem validar violações de direitos humanos.

"Devemos todos estar atentos para a criação de uma jurisprudência que reconheça a necessidade de ações policiais, mas, ao mesmo, não comporte abusos, muito menos violação dos direitos fundamentais", completou.

No caso concreto julgado pelo STF, os ministros decidiram que o estado do Paraná pode ser responsabilizado objetivamente pelos danos causados durante a Operação Centro Cívico, ocorrida em 2015, em Curitiba.

Na ocasião, mais de 200 manifestantes ficaram feridos após a repressão de policiais aos atos contra alterações nas regras previdenciárias e trabalhistas de servidores estaduais.

NEPOTISMO

Supremo adia final de julgamento sobre nomear parentes

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou a conclusão do julgamento sobre nomeações de parentes para cargos políticos.

Na semana passada, a Corte formou maioria de 6 votos a 1 para manter o entendimento de que a nomeação de parentes para cargos de natureza política não configura nepotismo.

Apesar do placar, o julgamento foi suspenso e seria retomado ontem.

Contudo, o relator do caso, ministro Luiz Fux, sinalizou que deve fazer mudanças no voto que validou as nomeações e pediu o adiamento da retomada do julgamento.

A nova data do julgamento ainda não foi definida.

Em 2008, o Supremo editou uma súmula vinculante para

proibir o nepotismo. De acordo com o texto da decisão, a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau para cargos públicos viola a Constituição.

Contudo, a Corte reconheceu meses depois que a restrição não vale para cargos de natureza política, como secretários de Estado. A decisão permitiu que governadores indicassem parentes para cargos na administração estadual, por exemplo.

O caso voltou ao Supremo por meio de um recurso para derrubar uma lei de Tupã (SP), que, em 2013, e proibiu a contratação de parentes do prefeito, vice-prefeito, secretários e vereadores na gestão municipal. A norma contrariou o entendimento da Corte que validou as nomeações para funções políticas.

Nota

STJ MANTÉM CONDENAÇÃO DE EX-GOVERNADOR ARRUDA POR IMPROBIDADE

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu manter a condenação do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda por improbidade administrativa em um dos processos da Operação Caixa de Pandora. A decisão foi proferida durante julgamento virtual ocorrido no dia 13 deste mês e divulgada nesta quarta-feira. Por unanimidade, o colegiado rejeitou um recurso protocolado pela defesa do ex-governador, que está inelegível por conta das condenações sobre o esquema de corrupção que foi apurado no governo distrital, em 2009. Os advogados defenderam a anulação da condenação por improbidade após a Justiça Eleitoral anular uma das escutas ambientais que foram utilizadas por Durval Barbosa, delator do esquema, para denunciar as irregularidades no governo. O caso específico trata de contratos irregulares envolvendo a Linknet, empresa de informática que prestou serviços ao governo do DF. Ao analisar o caso, os ministros do STJ entenderam que a condenação do ex-governador não foi baseada somente na escuta ambiental, mas em provas documentais e testemunhais.

◆ A Agência Brasil entrou em contato com a defesa de Arruda e aguarda retorno. O espaço está aberto para manifestação.

MATANÇA

Governo Lula não descarta ignorar Castro e decretar GLO

CAROLINA BRÍGIDO/AE

Embora o governo federal descarte o decreto de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro agora, assessores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendem a adoção da medida mesmo sem o pedido do governador Cláudio Castro.

Na tarde desta quarta-feira, integrantes da cúpula do governo se dividiram. Uma parte afirma que a intervenção no Rio só poderia ser tomada diante da solicitação de Castro. Mas outra ala argumenta que o caso é sério demais para esperar o aval do governador.

A reunião não contou com a presença de Lula. Estavam no encontro o vice-presidente Ge-

raldo Alckmin; o advogado-geral da União, Jorge Messias; o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa; a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann; o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira; o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Almirante Renato de Aguiar Freire; além de representantes do Ministério da Justiça e da Polí-

cia Federal.

Na avaliação de assessores de Lula, a GLO está descartada por ora, mas pode ser repensada nos próximos dias, a depender de como Castro conduzirá a situação no Rio. Para esses interlocutores do presidente, Castro tem interesses eleitorais com a operação e não está preocupado com a segurança pública.

Dino afirma que STF não legitima ‘vale-tudo com corpos estendidos’

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que a Corte não impede o trabalho da polícia nem legitima um "vale-tudo com corpos estendidos".

A declaração do ministro ocorreu durante o julgamento em que o Supremo vai decidir sobre a responsabilização do estado em casos de excessos cometidos pela Polícia Militar durante a repressão de manifestações nas ruas. O caso concreto trata da Operação Centro Cívico, ocorrida em 2015, em Curitiba, e que deixou mais de 200 pessoas feridas.



JOSE CRUZ/ABRASIL

Ao comentar a Operação Contenção, que deixou pelo menos 121 mortos, no Rio de Janeiro, Dino disse que a ação é uma "circunstância terrível e trágica". Ele explicou que a Corte tem posicionamento de não impedir as operações policiais, mas ponderou que eventuais ilegalidades não são chanceladas pelo tribunal.

"Esses eventos todos, essas tragédias todas, se prestam a mostrar que precisamos cuidar de uma teoria geral da ação policial, sobretudo no plano político, e procurar selecionar os casos concretos, mostrando uma posição institucional nossa, que não é impedir o trabalho da po-

lícia, nunca foi. Mas, ao mesmo tempo, não é de legitimar um vale-tudo com corpos estendidos e jogados no meio da mata, jogados no chão, porque isso não é Estado de Direito", afirmou.

Mais cedo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) informou ao Supremo que aguarda o recebimento de informações do governador do Rio de Janeiro,

Claudio Castro, para avaliar se vai solicitar alguma medida.

O parecer foi emitido após o ministro Alexandre de Moraes assumir o comando do processo conhecido como ADPF das Favelas, ação na qual a Corte já determinou medidas para combater a letalidade policial na capital fluminense.

Moraes foi escolhido para tomar decisões urgentes envolven-

do o processo, diante da ausência de um relator para o caso. A ação era comandada pelo ministro Luís Roberto Barroso, que se aposentou na semana passada.

Em abril deste ano, o Supremo definiu medidas para combater a letalidade policial durante operações da Polícia Militar contra o crime organizado nas comunidades do Rio de Janeiro.

STF

Moraes manda Castro prestar esclarecimentos sobre operação

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, preste esclarecimentos sobre a Operação Contenção, que deixou pelo menos 121 mortos.

O ministro também marcou para o dia 3 de novembro uma audiência, que será realizada na capital fluminense, para tratar do caso.

A operação foi realizada na última terça-feira pelas polícias civil e militar do Rio de Janeiro, nos complexos de favelas do Alemão e da Penha, para o cumprimento de 180 mandados de busca e apreensão e 100 mandados de prisão, sendo 30 expedidos pelo estado do Pará. Segundo o governo do Rio, o objetivo era conter a expansão da facção criminosa Comando Vermelho.

De acordo com balanço apresentado pelas forças de segurança nesta quarta-feira, o total de mortes chegou a 119: 58 pessoas morreram em confronto com a polícia e tiveram seus corpos retirados dos complexos de favelas na terça; houve ainda a morte de quatro policiais durante o confronto; por fim, dezenas de corpos foram revelados na manhã de hoje e retirados da área

de mata do Complexo da Penha.

Houve ainda 113 prisões, sendo que 33 eram pessoas de outros estados que atuavam no Rio de Janeiro.

Os confrontos e as retaliações promovidas pela facção criminosa impactaram vias expressas, serviços públicos e até mesmo o funcionamento de empresas na cidade, que fecharam as portas mais cedo e liberaram funcionários.

O governador do Rio classificou a operação como "um sucesso", mas defensores dos direitos humanos, organizações da sociedade civil e movimentos de favelas denunciam a ação como "chacina" e "massacre". Familiares dos mortos apontam que os corpos encontrados tinham sinais de execução, como tiros na cabeça e até mesmo mutilações.

ADPF DAS FAVELAS

A decisão do ministro foi proferida no âmbito do processo que é conhecido como ADPF das Favelas, ação na qual a Corte já determinou medidas para combater a letalidade policial na capital fluminense.

Moraes foi escolhido para tomar decisões urgentes envolvendo o processo, diante da ausência de um relator para o caso. A ação era comandada pelo ex-

ministro Luís Roberto Barroso, que se aposentou na semana passada.

De acordo com a decisão, Claudio Castro deverá apresentar 18 esclarecimentos sobre a operação:

1. Relatório circunstanciado sobre a operação;
2. Prévia definição do grau de força adequado e justificativa formal para sua realização;
3. Número de agentes envolvidos, identificação das forças atuantes e armamentos utilizados;
4. Número oficial de mortos, feridos e pessoas detidas;
5. Adoção de medidas para garantir a responsabilização em caso de eventuais abusos e violações de direitos, incluindo a atuação dos órgãos periciais e o uso de câmeras corporais;
6. Providências adotadas para assistência às vítimas e suas famílias, incluindo a presença de ambulâncias;
7. Protocolo ou Programa de medidas de não repetição na forma da legislação vigente;
8. Preservação do local para a realização de perícia e conservação dos vestígios do crime;
9. Comunicação imediata ao Ministério Público;
10. Atuação da polícia técnico-científica, mediante o envio de equipe especializada ao local devidamente preservado, para

realização das perícias, liberação do local e remoção de cadáveres;

11. Acompanhamento pelas Corregedorias das Polícias Civil e Militar;
12. Utilização de câmeras corporais pelos agentes de segurança pública;
13. Utilização de câmeras nas viaturas policiais;
14. Justificação e comprovação da prévia definição do grau de força adequado à operação;
15. Observância das diretrizes constitucionais relativas à busca domiciliar;
16. Presença de ambulância, com a indicação precisa do local em que o veículo permaneceu durante a operação;
17. Observância rigorosa do princípio da proporcionalidade no uso da força, em especial nos horários de entrada e saída dos estabelecimentos educacionais. Em caso negativo, solicita-se informar as razões concretas que tenham tornado necessária a realização das ações nesses períodos;
18. Necessidade e justificativa, se houver, para utilização de estabelecimentos educacionais ou de saúde como base operacional das forças policiais, bem como eventual comprovação de uso desses espaços para a prática de atividades criminosas que tenham motivado o ingresso das equipes.

MATANÇA NO RJ

Lula quer trabalho coordenado contra espinha dorsal do tráfico

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) defendeu, na noite desta quarta-feira, que é necessário um trabalho coordenado para atingir a "espinha dorsal do tráfico" no Brasil.

"Não podemos aceitar que o crime organizado continue destruindo famílias, oprimindo moradores e espalhando drogas e violência pelas cidades. Precisamos de um trabalho coordenado que atinja a espinha dorsal do tráfico sem colocar policiais, crianças e famílias inocentes em risco", afirmou o presidente em postagem nas redes sociais.

Lula avalia que esse trabalho coordenado foi o que ocorreu em agosto na Operação Carbo-no Oculto, considerada por ele como "a maior operação contra

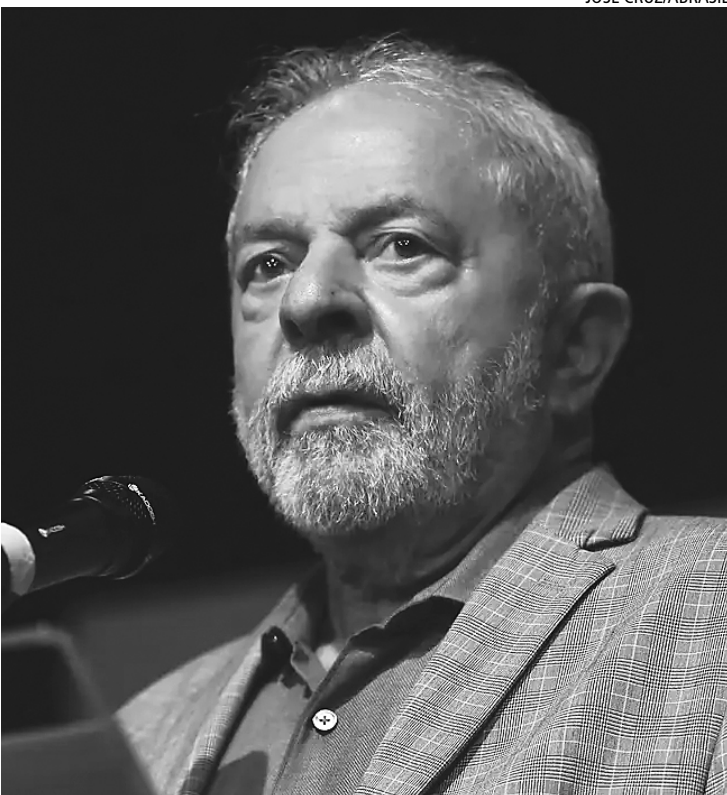
o crime organizado da história do país".

Segundo o presidente, as ações na ocasião tiveram o sucesso esperado ao chegar "ao coração financeiro de uma grande quadrilha envolvida em venda de drogas, adulteração de combustível e lavagem de dinheiro".

Ainda na postagem na rede social, Lula aproveitou para defender a aprovação da PEC da Segurança que foi encaminhada ao Congresso Nacional.

"Vamos garantir que as diferentes forças policiais atuem de maneira conjunta no enfrentamento às facções criminosas".

Lula ainda não havia se manifestado publicamente sobre os resultados da Operação Contenção, que deixou ao menos 121 mortos no Rio de Janeiro. O presidente chegou a Brasília na noite de terça-feira (28) depois de viagem ao Sudeste Asiático.



JOSE CRUZ/ABRASIL

Lewandowski: Lula está esperançoso com aprovação da PEC da Segurança Pública

GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está "esperançoso" com a aprovação da PEC da Segurança Pública. A fala do ministro se deu após

reunião de emergência convocada por Lula para discutir a megaoperação no Rio que deixou 121 mortos nesta terça-feira passada.

"O presidente Lula está muito esperançoso na aprovação da PEC, mas eu acho que a própria cidadania deve lutar para que haja o entrosamento entre as forças policiais ao nível nacional

porque, só assim, nós vamos combater de forma mais eficaz o crime organizado", disse o ministro.

Segundo Lewandowski, é preciso descapitalizar o crime organizado, mas a Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) possuem uma competência muito restrita e não foram feitas para fazer enfrenta-

mento direto em comunidades, de acordo com a Constituição.

"Com a PEC da Segurança Pública nós queremos inverter essa equação, nós queremos fazer com que as forças nacionais todas, as polícias federais, estaduais, distritais e municipais colaborem entre si, mudarmos esse paradigma", afirmou Lewandowski.

VENEZUELA

PT aciona Justiça contra Gayer por ligar partido ao narcotráfico

BRUNA ROCHA/AE

O Partido dos Trabalhadores (PT) entrou com ação judicial contra o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) por afirmar que a sigla recebe financiamento do narcotráfico venezuelano. A declaração foi feita pelo parlamentar no plenário da Câmara dos Deputados e divulgada em

seu canal no YouTube.

Em sua petição, o PT afirma que Gayer "buscou promover conscientemente uma clara difusão de mensagem com conteúdo mentiroso, ofensivo e degradante ao Partido dos Trabalhadores, com o intuito de incitar o ódio e o desprezo público contra o partido". O caso tramita na 19ª Vara Cível de Brasília.

O partido destaca ainda que o vídeo já ultrapassou 130 mil visualizações e que não é possível mensurar o número exato de compartilhamentos.

A sigla solicita a remoção do vídeo publicado no canal do parlamentar, que atualmente conta com mais de 1,26 milhão de inscritos, e pede que Gayer uma pague indenização por danos mo-

rais no valor de R\$ 30 mil.

Segundo o PT, o conteúdo publicado "estimula, no imaginário de seus espectadores, a ideia de que o Partido dos Trabalhadores compactua com atividades ilícitas e violentas praticadas por grupos criminosos, sugerindo uma suposta relação de convivência com o narcotráfico internacional".

TERRORISMO

Derrite deve se licenciar do governo Tarcísio para relatar projeto na Câmara

GUILHERME CAETANO/AE

O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite (PP), deve se licenciar do cargo para voltar à Câmara dos Deputados, onde tem mandato, e relatar o projeto de lei que equipara facções criminosas a terroristas. O trabalho deve durar uma semana.

O movimento vem na esteira da crise de violência no Rio de Janeiro, após a megaoperação que deixou mais de uma centena de cadáveres pelas ruas da cidade. A ação, que envolveu 2,5 mil policiais, foi elogiada pelo governador Cláudio Castro (PL) e detonada por especialistas em segurança pública.

O texto, que deve ter o parecer de Derrite, de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE), equipara ao terrorismo os crimes cometidos por facções e milícias voltados à dominação territorial, à intimidação coletiva e ao tráfico de drogas, entre outros.

O projeto atualiza a Lei Anti-terrorismo, que prevê penas de 12 a 30 anos para esses crimes, para aumentar a pena em até dois terços para comandantes e líderes de facções. O texto pode ser levado a plenário a qualquer momento, uma vez que tramita em regime de urgência.

Nikolas Ferreira (PL-MG) havia sido designado relator da proposta, mas ele aceitou ceder lugar a Derrite, que deve disputar ou o Senado ou o governo de São Paulo em 2026, a depender das movimentações de seu chefe, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Derrite chegou a Brasília na terça-feira, para tratar da articulação do projeto. Ele repete a tática usada em março, quando também foi exonerado do cargo para relatar o projeto de lei que pôs fim à saída temporária de presos dos presídios.

"Um dos motivos de eu estar aqui em Brasília hoje é tratar do projeto de lei que visa classificar organizações criminosas como

terroristas. Quem lança granadas nas tropas policiais não tem outra classificação", afirmou em vídeo gravado para as redes sociais.

Na publicação, Derrite afirmou que a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, elaborada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva como aposta para combater o crime organizado na esfera federal, "não ataca em nada as organizações criminosas, só traz centralização de poder para o governo federal".

A ideia de classificar facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo e o Comando Vermelho (CV) no Rio, alvo da operação policial desta semana, como terroristas tem se tornado a nova fixação de lideranças do bolsonarismo. O próprio governador fluminense afirmou não se tratar mais de "crime comum, é narcoterrorismo" depois de criminosos usarem drones para lançar bombas sobre a polícia.

CONGRESSO

Alcolumbre defende reconhecimento facial e mudança na segurança

NAOMI MATSUI/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), defendeu ontem, reforço e atualização nas regras de segurança do Congresso. Ele afirmou que procurará o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para debater um projeto conjunto.

"Está na hora de debatermos esse aparato da infraestrutura do Congresso para reorganizarmos a entrada e chegada das pessoas nas duas rampas da chapelaria. Já houve o episódio em que uma pessoa tentou invadir o Congresso com um veículo", declarou Alcolumbre durante sessão do plenário.

Ele citou tecnologias como reconhecimento facial, controles maiores de fluxo na chapelaria (entrada principal do Congresso) e melhoria dos equipamentos de raio x. "O que mais tiver de mais moderno. Vamos iniciar esse estudo. (...) Vamos envolver todos os órgãos de patrimônio, Iphan, engenharia, arquitetura das duas Casas", disse.

O senador lembrou que já tramita um projeto sobre o tema no Congresso, mas que encomendará estudos de segurança e fluxo. "Já há um proje-

to que muda o fluxo da entrada da chapelaria. Já acompanhei vários episódios em que as pessoas esperam para agredir e ofender os parlamentares", declarou. "Não está normal. Chega na chapelaria, tem todo tipo de gente, é uma confusão. Não tem como, é impossível proteger o Parlamento brasileiro nesse sistema."

EDUARDO BRAGA

Alcolumbre também criticou as ofensas ao senador Eduardo Braga (MDB-AM) nos corredores do Senado. Braga foi abordado por um homem que criticava seu relatório à medida provisória 1304/2025, com mudanças no setor elétrico. Durante a abordagem, o homem colocou o celular no rosto de Braga e afirmou que as mudanças fariam pessoas perderem o emprego. Alcolumbre chamou o episódio de "ato covarde".

"Fiquei muito sensibilizado, porque não é justo um colega senador, e todo mundo tem o direito de divergir (...). Minha solidariedade ao senador Eduardo Braga. (...) Falei com os diretores de nossa Polícia Legislativa para estarmos mais atentos", disse Alcolumbre.

VOOS

Aéreas flexibilizam remarcação de voos para RJ após operação

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Após a operação policial que deixou mais de 100 mortos nos complexos do Alemão e da Penha na terça-feira, as companhias aéreas Latam, Gol e Azul informaram que vão flexibilizar a remarcação de voos para o Rio de Janeiro ou com conexão na cidade.

A Latam disse que vai permitir a remarcação dos voos nos aeroportos do Galeão e Santos Dumont, entre os dias 28 e 30 de outubro. Segundo a empresa, os passageiros poderão fazer a alteração no voo sem multa e com eventual cobrança de diferença da tarifa, dentro da validade da passagem aérea. Os passageiros também poderão solicitar o reembolso de acordo com a tarifa adquirida.

Para os passageiros com voos da GOL, a empresa disse que enviou comunicado aos

clientes, com voos de/para Santos Dumont ou Galeão, na data de ontem (28). No comunicado, a Gol ofereceu a flexibilidade para remarcação gratuita de voos sem custos até esta quinta-feira.

A Azul disse que as suas operações no Rio de Janeiro estão dentro da normalidade, mas está flexibilizando remarcações nos bilhetes, mediante disponibilidade de assentos, ou a possibilidade de cancelamento da passagem, deixando o valor em crédito.

A operação policial realizada contra o tráfico de drogas nos complexos da Penha e do Alemão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, deixou 121 mortos. Autoridades de segurança pública admitem que esse número pode aumentar e afirmam que as pessoas mortas reagiram com violência à operação, e aqueles que se entregaram foram presos.

CORRUPÇÃO

TSE marca julgamento de recurso que pede cassação de Castro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou para 4 de novembro o julgamento de um recurso do Ministério Público Eleitoral (MPE) para cassar o mandato do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro.

O processo foi incluído na pauta de julgamentos ontem, um dia após a operação policial que resultou na morte de 121 pessoas. A procuradoria eleitoral pretende reverter a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) que, em maio do ano passado, absolveu Castro e outros acusados no processo que trata de supostas contratações irregulares na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de

Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) durante a campanha eleitoral de 2022.

No documento enviado ao TSE, o vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa, afirma que Castro obteve vantagem eleitoral na contratação de servidores temporários sem amparo legal e na descentralização de recursos para entidades desvinculadas da administração pública, além de outras irregularidades. O caso é relatado no TSE pela ministra Isabel Galotti.

Após o parecer do MPE favorável à cassação, Claudio Castro declarou que estava confiante na Justiça porque o TRE rejeitou a ação por "total inconsistência e falta de provas".

GENOCÍDIO

Faixa de Gaza: ataques ‘covardes’ deixam ao menos 60 mortos

Ataques aéreos lançados por Israel voltaram a atingir a Faixa de Gaza na madrugada de ontem. A ofensiva matou ao menos 60 pessoas, incluindo várias crianças, de acordo com hospitais do território. A nova onda de bombardeios foi ordenada pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que havia prometido um ataque "poderoso" contra Gaza após acusar o Hamas de violar o cessar-fogo que está em vigor desde o dia 10. O Hospital Al-Aqsa, em Deir al-Balah, informou ter recebido dez corpos, entre eles os de três mulheres e de seis

crianças, após dois ataques aéreos. O Hospital Nasser, em Khan Younis, registrou 20 mortos, incluindo 13 crianças e duas mulheres. Já o Hospital Al-Awda, na região central do território, reportou a chegada de 30 corpos, 14 deles de crianças. Autoridades israelenses disseram que a ofensiva foi lançada depois que combatentes do Hamas atacaram forças israelenses no sul de Gaza. O grupo palestino teria adiado a entrega do corpo de um refém, em retaliação aos bombardeios planejados por Israel.

EUA

Trump lamenta não poder concorrer a um terceiro mandato



GYOONGJU, COREIA DO SUL/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, lamentou ontem que não poderá concorrer a um terceiro mandato, apesar de considerar que faz um grande governo. "Se você ler a Constituição americana, é muito claro. Eu não posso concorrer. É uma pena", afirmou, em conversa com jornalistas a bordo do Air Force One, no

trajeto entre o Japão e a Coreia do Sul. Trump, no entanto, não descartou totalmente a possibilidade de permanecer no cargo após o fim do segundo mandato, apesar do impedimento constitucional. "Então vamos ver o que acontece." Em março, o presidente americano disse que buscaria um novo mandato. "Não estou brincando", afirmou Trump, à época. "Existem métodos pelos quais isso pode ser feito."

2026

Microsoft tem lucro de US\$ 27,75 bi no 1º trimestre do ano fiscal

LETÍCIA ARAÚJO/AE

A Microsoft teve lucro líquido de US\$ 27,75 bilhões no primeiro trimestre do ano fiscal de 2026, encerrado em setembro, segundo balanço divulgado ontem. O valor representa um aumento de 12% em comparação com o mesmo período no ano anterior. O lucro ajustado por ação foi de US\$ 4,13 dólares, acima dos US\$ 3,67 esperados por analistas do FactSet. A receita registrada foi de US\$ 77,7 bilhões, um aumento de 18% ante o mesmo período no ano passado, e também superou as expectativas dos especialistas, que previam o va-

lor de US\$ 75,38 bilhões. "Tivemos um forte início de ano fiscal, superando as expectativas em receita, lucro operacional e lucro por ação. A força do Microsoft Cloud reflete a crescente demanda de clientes por nossa plataforma diferenciada", disse Amy Hood, vice-presidente executiva e diretora financeira da Microsoft. Dentre os destaques, a receita registrada na Intelligent Cloud da empresa foi de US\$ 30,9 bilhões, um aumento de 28% em comparação com o mesmo período no ano anterior. Somente a receita do Azure e de outros serviços de nuvem subiu 40% no período.

AMÉRICA CENTRAL

Furacão deixa mais de 30 mortos e rastro de destruição

O furacão Melissa deixou dezenas de mortos e destruição generalizada em Cuba, Haiti e Jamaica, onde casas sem telhado, postes de luz caídos e móveis encharcados dominavam a paisagem ontem. Na Jamaica, um deslizamento de terra bloqueou as principais vias de Santa Cruz, na região de Santa Elizabeth, onde as ruas se transformaram em lamaçais. Moradores retiravam a água de suas casas enquanto tentavam salvar seus pertences. Os ventos arrancaram parte do telhado de uma escola de ensino médio, que servia de abrigo público. "Em todos os anos que moro aqui, nunca vi nada parecido", disse a moradora Jennifer Small.

O Melissa, de categoria 5, atingiu o solo jamaicano na terça-feira passada, como um dos furacões mais fortes já registrados no Atlântico, com ventos máximos de 295 km/h, antes de perder força e seguir para Cuba. Mesmo países fora da trajetória direta da tempestade sentiram seus efeitos devastadores. O coordenador da Organização das Nações Unidas (ONU) para diversos países do Caribe, Dennis Zulu, disse que a devastação causada pelo furacão na Jamaica atingiu "níveis sem precedentes" "Pelo que sabemos até agora, houve uma destruição imensa e sem precedentes de infraestrutura, propriedades, estradas, redes de comunicação e energia", afirmou ele. "Há pessoas em abrigos por todo o país e, neste momento, o que estamos vendo nas avaliações preliminares é um país devastado a um nível sem precedentes".

IMPACTO
No Haiti, as inundações causadas pelo Melissa mataram pelo menos 25 pessoas na cidade costeira de Petit-Goâve, no sul do país, informou o prefeito Jean Bertrand Subrème. Ele dis-

se que dezenas de casas desabaram quando o rio La Digue transbordou e que pessoas ainda estavam presas sob os escombros na manhã desta quarta-feira. Apenas um funcionário da Agência de Proteção Civil do Haiti estava na área, enquanto os moradores lutavam para se retirar em meio às fortes águas da enchente. Em Cuba, autoridades relataram casas desabadas, estradas de montanha bloqueadas e telhados arrancados nesta quarta-feira, com a maior destruição concentrada no sudoeste e noroeste do país. As autoridades disseram que cerca de 735 mil pessoas permaneceriam em abrigos. "Foi um inferno. A noite toda foi terrível", disse Reinaldo Charon, em Santiago de Cuba, no leste do país. O homem foi uma das poucas pessoas que se aventuraram a sair nesta quarta-feira, coberto por uma lona plástica sob a chuva intermitente. Na Jamaica, mais de 25 mil pessoas estavam abrigadas em refúgios nesta quarta-feira, e outras chegaram ao longo do dia depois que a tempestade arrancou telhados de suas casas e as deixou temporariamente desabrigadas. A ministra da Educação da Jamaica, Dana Morris Dixon, disse que 77% da ilha estava sem energia elétrica.

JAMAICA
Autoridades jamaicanas relataram dificuldades na avaliação dos danos devido a interrupções no fornecimento de energia, observando um "apagão total de comunicação" em algumas áreas, disse o diretor-geral interno do Escritório de Preparação para Desastres e Gestão de Emergências da Jamaica, Richard Thompson, à Nationwide News Network. "Não será fácil, Jamaica", disse o vice-presidente do Conselho de Gestão de Riscos de Desastres da Jamaica, Desmond

McKenzie. Pelo menos uma morte foi relatada no oeste da ilha quando uma árvore caiu sobre um bebê, disse a ministra de Estado, Abka Fitz-Henley, à Nationwide News Network. O primeiro-ministro Andrew Holness planeja sobrevoar as áreas mais afetadas, onde equipes ainda tentavam acessar os locais e determinar a extensão dos danos, disse a ministra da Educação do país. Perto dali, David Muschette estava sentado entre os escombros de sua casa sem teto. Ele disse que perdeu tudo, apontando para suas roupas molhadas e móveis espalhados pela grama do lado de fora, enquanto parte do telhado bloqueava parcialmente a rua. "Preciso de ajuda", implorou. O governo disse que espera reabrir todos os aeroportos da Jamaica já nesta quinta-feira, 30, para garantir a rápida distribuição de suprimentos de emergência. Os Estados Unidos estão enviando equipes de resgate e resposta para auxiliar nos esforços de recuperação no Caribe, anunciou o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, na semana passada. Ele afirmou que autoridades governamentais estão coordenando ações com líderes da Jamaica, Haiti, República Dominicana e Bahamas.

CUBA RESISTE
Moradores da província de Santiago de Cuba começaram a remover os escombros ao redor das paredes desabadas de suas casas nesta quarta-feira, após o furacão Melissa atingir a região horas antes. "A vida é o que importa", disse o pescador Alexis Ramos enquanto observava sua casa destruída e se protegia da chuva intermitente com uma capa de chuva amarela. "Reparar isso custa dinheiro, muito dinheiro." Enquanto isso, a mídia local

mostrou imagens do Hospital Clínico Juan Bruno Zayas com graves danos: vidros espalhados pelo chão, salas de espera em ruínas e paredes de alvenaria desmoronadas. Partes da província de Granma, especialmente a capital, Jiguaní, ficaram submersas, disse a governadora Yanetsy Terry Gutiérrez. Mais de 40 centímetros de chuva foram registrados no povoado de Charco Redondo, em Jiguaní. O furacão pode agravar a grave crise econômica de Cuba, que já teve apagões prolongados, além da escassez de combustível e alimentos. "Haverá muito trabalho a fazer. Sabemos que haverá muitos danos", disse o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, em um pronunciamento televisionado. Ele pediu à população que não subestimasse o poder do Melissa. Ontem, o furacão apresentava ventos máximos sustentados de 155 km/h e se deslocava a 22 km/h, segundo o Centro Nacional de Furacões dos EUA. O centro do furacão estava cerca de 245 quilômetros ao sul da região central das Bahamas. O diretor do Centro Nacional de Furacões, Michael Brennan, afirmou que a tempestade começou a afetar o sudeste das Bahamas nesta quarta-feira. "A tempestade está aumentando de tamanho", disse, observando que os ventos com força de tempestade tropical agora se estendem por quase 320 quilômetros a partir do centro. A previsão é de que o centro do Melissa atravesse o sudeste das Bahamas ainda nesta quarta-feira, gerando uma maré de até dois metros na região. No final da quinta-feira, espera-se que o Melissa passe a oeste das Bermudas. Antes de atingir a costa, o Melissa já havia sido responsável por três mortes na Jamaica, três no Haiti e uma na República Dominicana.

COREIA DO SUL

Casa Branca cita compra de Boeing, gás, petróleo e exportação de IA EU

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

A Casa Branca anunciou ontem, que o presidente americano, Donald Trump, assegurou "bilhões de dólares" em acordos com a Coreia do Sul, que incluem iniciativas para apoiar empregos americanos, fortalecer a dominância energética dos Estados Unidos, promover a liderança do país na revolução tecnológica e construir a parceria marítima entre os dois países. Em comunicado, é mencionado que a sul-coreana Korean

Air comprará 103 novas aeronaves Boeing avaliadas em US\$ 36,2 bilhões, apoiando até 135.000 empregos nos EUA; a Korea Gas Corporation irá adquirir cerca de 3,3 milhões de toneladas/ano de Gás Natural Liquefeito (GNL) por acordos de longo prazo com vendedores, incluindo Trafigura e TotalEnergy. Também é destacado que os dois países assinaram o "Acordo de Prosperidade Tecnológica" para expandir a cooperação bilateral em ciência e tecnologia com ênfase nas exportações de IA dos EUA, padrões de IA, ado-

ção de IA, segurança de pesquisa, 6G, cadeias de suprimento de biotecnologia e inovação quântica. "A Amazon investirá US\$ 5 bilhões até 2031 para construir a infraestrutura de nuvem da Coreia do Sul, ajudando a impulsionar as exportações dos EUA e a liderança americana em IA", afirma a nota, que explica que o valor se soma aos investimentos da Amazon Web Services (AWS) em infraestrutura de nuvem em 14 economias da Cooperação Ásia Pacífico (Apec, em inglês), totalizando US\$ 40 bilhões.

A Casa Branca afirma que a HD Hyundai e a Cerberus Capital Management farão parceria em um programa de investimento de US\$ 5 bilhões para "modernizar estaleiros americanos, fortalecer cadeias de suprimento e aplicar novas tecnologias como navegação autônoma, digitalização e automação". Ainda, a Samsung Heavy Industries e o Vigor Marine Group cooperarão na manutenção, reparo e revisão de embarcações navais, automação de estaleiros e nova construção de embarcações com bandeira dos EUA.

BALANÇO

Meta registra queda de 83% no lucro líquido, para US\$ 2,71 bi no 3º trimestre

PATRICIA LARA/AE

A Meta anunciou uma queda de 83% em seu lucro líquido no terceiro trimestre, após a empresa dona do Facebook informar uma provisão não-recorrente para imposto de renda. A companhia também traçou projeções mais elevadas para despesas com capital, ajudando a pressionar a ação. Nos três meses até 30 de set-

embro, a empresa registrou lucro líquido de US\$ 2,71 bilhões, comparado a US\$ 15,7 bilhões no mesmo período de 2024. O ganho por ação diluída ficou em US\$ 1,05, ante US\$ 6,72 esperado pelos analistas consultados pela FactSet e US\$ 6,03 no terceiro trimestre de 2024. A companhia registrou, contudo, um aumento de 26% do faturamento, que passou de US\$ 40,6 bilhões para o valor recorde

de US\$ 51,2 bilhões. A provisão para impostos de renda subiu a US\$ 18,9 bilhões, um salto de 788% sobre o valor provisionado em igual período de 2024. A empresa informou ainda que os custos e despesas totais ficaram em US\$ 30,71 bilhões, um aumento de 32% no comparativo anual. Para 2025, a meta projetou que as despesas totais fiquem entre US\$ 116 bilhões e US\$ 118

bilhões, uma atualização em relação à projeção anterior de US\$ 114 bilhões a US\$ 118 bilhões, refletindo uma taxa de crescimento de 22% a 24% em relação ao ano anterior. Perto das 17h41 (de Brasília), as ações da empresa cediam 7,10% no after hours da Bolsa de Nova York, após um ganho acumulado de cerca de 29% em 2025 até o fechamento da sessão regular.